

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

ELZA NOVAES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Centro de Documentação e Pesquisa em
História - CDHIS
Campus Stª Mônica - Bloco 1Q (Antigo Mineirão),
Av. Universitária S/Nº
Fon 38400-972 - Uberlândia - M. G. - Brasil

**O INDÍGENA BRASILEIRO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE
HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL:
OMISSÕES E ESTEREÓTIPOS**

Monografia apresentada ao Instituto de
História da Universidade Federal de
Uberlândia como requisito para obtenção do
título de Bacharel em História .

Orientador: Prof. Dr. Antônio Almeida

UBERLÂNDIA
2.000

LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZA-
GEM DE HISTÓRIA - UFU

N.º 1383

Data 26/03/2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Centro de Documentação e Pesquisa em
História - CDHIS
Campus Stª Mônica - Bloco 1Q (Antigo Mineirão)
Av. Universitária S/Nº
Fon 38400-972 - Uberlândia - M. G. - Brasil

1566 51-15
1383

Universidade Federal de Uberlândia

Instituto de História

BANCA

Índice

Apresentação.....	01
O Índio Brasileiro no Ensino Fundamental: Critérios, Normatizações e Livro Didático.....	06
O Indígena Brasileiro x Livro Didático no Ensino Fundamental.....	21
Considerações Finais.....	32
Bibliografia.....	35
Anexos.....	36

LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA - UFU	
N.º	1383
Data	26/03/2001

Apresentação

A partir da análise de alguns livros didáticos adotados no ensino fundamental, voltamos especificamente para 5ª série, gostaríamos através deste trabalho podermos trazer algum benefício para os profissionais do ensino de História particularmente no que diz respeito ao tratamento da importância do indígena na História do Brasil. Como se dá esta abordagem? É uma das interrogações, cujas respostas procuraremos dar ao longo do trabalho.

Em entrevista à Revista Istoé, o jornalista e historiador Eduardo Bueno ao responder sobre:

“Qual a maior mentira já ensinada pelos tradicionais livros de história do Brasil?” argumenta que “ a história do Brasil é mansa, pacífica e é feita por grandes homens. Essa mentira dos livros escolares de primeiro grau teve um contraponto perverso em outra falácia, que são os livros adotados nos cursinhos. Neles, ninguém presta, a não ser os povos oprimidos. Na realidade existe um caminho do meio entre essas duas visões, que não é nem uma coisa nem outra. A história foi feita por gente de carne e osso, com anseios de sexo e dinheiro, com defeitos e predicados.”¹

A iniciação aos estudos históricos no ensino fundamental começa, com maior ênfase, a partir da 5ª e 6ª séries. Dados historiográficos são levados ao conhecimento dos alunos que a priori são pré-adolescentes e adolescentes. Acreditamos que se trabalharmos com esses dados de forma que os levem a reflexões, estaremos com isto desmistificando a imagem pré-concebida

¹ BUENO, E. O Historiador Pop. ISTOÉ, São Paulo, n.1534, 24 fev.1999. Entrevista.

de que o aluno é mero receptor de informações, principalmente em se tratando do aluno das séries em estudo.

A tendência de alguns professores é subestimar a inteligência de seus alunos, talvez considerando só a faixa etária ou, quem sabe, julgando-os incapazes de senso crítico. Muitos não sentem a necessidade de buscar novos recursos que enriqueceriam suas aulas. Isso é notório na abordagem do indígena brasileiro, objeto dessa pesquisa, que é pessoa de fundamental importância para o conhecimento da verdadeira história deste país.

Não pretendemos aqui desconsiderar o livro didático. Como todo instrumento pedagógico, ele também deve ser utilizado. O professor é quem pode e deve tratar a pobreza de informações de alguns desses instrumentos, procurando acrescentar o que melhor lhe aprez para o enriquecimento de suas aulas. Manter contato com a academia, buscar novas fontes de estudo e despojar-se da omissão. Podem ser algumas dicas para o profissional que quer crescer como professor de história.

Entre os fatores que motivaram este estudo sobre o indígena brasileiro, no livro didático do ensino fundamental de História. Destaca-se o fato de ser justamente no ensino fundamental um momento privilegiado para se dar a importância ao indígena, já que é a partir do primeiro contato entre índios e portugueses que se começa a história deste país.

Gostaríamos que esse ensino fosse realmente fundamental na formação de pessoas que questionassem a sociedade na qual estão inseridas, enxergassem a visão estereotipada que o Brasil carrega, e que se empenharam na construção de um país sem discriminações, onde se respeita a diferença cultural, rompendo ao mesmo tempo com a ideia de um povo ocioso e conformista. Infelizmente, há professores que ao invés de levarem seus alunos às reflexões,

reafirmam o orgulho de ser brasileiro, de morar num país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza e chega fevereiro , tem carnaval.

Questionarmos a reprodução do livro didático nas salas de aulas, é algo complexo , uma vez que ele funciona como parâmetro de ensino, circulando por todo país como ensino unificado de História. Nos foi dito por professores do ensino fundamental e por alguns estagiários da Universidade Federal de Uberlândia, que é praticamente impossível fugir do que está imposto no livro didático como história oficial, que a tendência é reafirmar o que já está escrito. Fica a pergunta : Qual é o perfil dos profissionais que a academia tem formado? Por não ser a intenção de nosso trabalho questionarmos tais formações, não iremos nos ater a tal questão, deixando apenas como reflexão e ressaltando que impossibilidade não existe, quando se quer mudanças.

Em Abril do ano de 1998, a mídia lançou uma campanha em comemoração dos *500 anos* do “descobrimento do Brasil”, desde então falar deste assunto tornou-se modismo em todo país. Exploraram o fato como mais uma fonte de renda, podia-se ver cadernos, camisetas, grifes , canetas, propagandas , programas direcionados e tudo o mais que pudesse ser explorado pelo modo capitalista de se retratar a história destes *500 anos*, dentre eles a figura do índio foi bastante usada e abusada. Mas, o que este indígena realmente representou e representa na história deste país? Pouco ou quase nada se falou e ainda não se fala.

Ao abordamos a questão do indígena quando o assunto é o “descobrimento do Brasil”, nos é repassada a idéia de que ele fazia parte do extraordinário encontrado pelos portugueses, não são vistos como seres humanos, como donos desta terra, mas tratados como ignorantes. Pensamos que , talvez, à luz de Pero Vaz de Caminha e seus acompanhantes, eles, foram mais

vistos como parte da fauna inusitada, que se conseguissem adestrar tornar-se-iam bons animais de estimação, companheiros e fiéis.

Descobriram o indígena ou se apropriaram de sua vida, de sua cultura de seus costumes, de suas crenças? (Só se acha o que está perdido).

São estes questionamentos que nos levam a analisar o ensino desta história que insiste em permanecer nos planos curriculares, que quando muito se fala, procura eleger a uma determinada “comunidade indígena”, limitando seus estudos ao seu cotidiano, tais como, alimentação, medicina, danças, músicas e brincadeiras. E o que foi feito dos milhões de índios que habitavam esta terra (variavam entre 1,2 milhão e 5 milhões de habitantes)? Foram reduzidas a umas poucas tornaram-se apenas comunidades (hoje, são cerca de 330 mil indígenas e 215 etnias), inquieta-nos o fato de que os aspectos da exploração indígena, da aculturação sofrida pelo outro, quando não omitidos, são vistos superficialmente no conteúdo do livro didático.

No intuito de levantarmos reflexões acerca da imagem do indígena brasileiro no livro didático, procuraremos num primeiro momento de nossa abordagem prestarmos algumas informações sobre como se normatiza e se legaliza o conteúdo do livro didático, enfocando a temática por nós abordada, nos órgãos ligada diretamente à educação, tais como o MEC (Ministério da Educação e do Desporto), na SEE MG (Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais) e Superintendência Regional, tentaremos esboçar como os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) sugerem a abordagem deste assunto.

Num segundo momento citaremos os livros didáticos por nós escolhidos, procurando discutir como o tema foi tratado pelos mesmos.

Não temos a presunção de acharmos que este assunto será por nós discutido com a profundidade merecida, sabemos que grandes pesquisadores já se dedicam a esta temática e

ainda não atingiram seu ápice. O campo é vasto e complexo e toda pesquisa requer tempo e dedicação, assim sendo, em nossas considerações finais, procuraremos esclarecer nossos objetivos quando nos propomos a esta discussão, através de uma reflexão sobre o que veio significar as comemorações dos *500 anos do “descobrimento” do Brasil*. O que comemorar?

O Índio brasileiro no ensino fundamental: Critérios, Normatizações, PCN e Livros Didáticos.

Nossa intenção é fazermos referência primeiramente aos critérios adotados pelo **MEC (Ministério da Educação e Desporto)** na adoção de um livro didático no ensino de História, através do **Programa de Avaliação dos Livros Didáticos da 5ª a 8ª Séries e Ensino Escolar para o Indígena**, iremos nos ater mais ao MEC, pois não há muito que se falar sobre a **Secretaria de Educação**, quando assunto é o uso do livro didático uma vez que mesmo é instituído pelo MEC em nível nacional, cabendo às **Superintendências Regionais** distribuí-los às escolas.

A priori leva-se em consideração o esclarecimento do objetivo central da História, que é “entender os diferentes processos e sujeitos históricos, das relações que se estabelecem entre os grupos humanos, nos diferentes tempos e espaços. A História é um processo de compreensão humana das diferentes e múltiplas possibilidades existentes na sociedade, a partir da experiência do presente: portanto, deve possibilitar ao aluno uma compreensão ativa da realidade, condição para o desenvolvimento e formação da cidadania.”² Logo depois, há um reconhecimento de que grande parte dos livros didáticos não passam por análise críticas de historiadores, da escola, da comunidade e muito menos dos editores, daí reproduzem a bibliografia especializada, repetindo vícios e estereótipos do ensino de História. No intuito de

² MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Programa de Avaliação dos Livros Didáticos de 5ª a 8ª séries. Brasília.p.459

mudança do livro didático no ensino de História, alguns critérios poderiam ser adotados: 1- Efetivar ao menos parte da renovação historiográfica, que já se tornou sólida e faz parte do conhecimento dos estudiosos da História; 2- Entender que o aluno traz experiências do cotidiano, que poderiam ser trabalhadas na aquisição de novos conhecimentos históricos. Ao abordar estas temáticas, estabelece-se o primeiro parâmetro de adoção de um livro didático; **O aluno leitor** deverá ser o alvo a ser atingido.

Os aspectos teórico-metodológicos, fundamentam cientificamente e orientam o trabalho com a História, por isso devem estar presentes na elaboração do livro didático. Desnecessário seria dizer que, decididamente, eles são os orientadores do professor. De fato o que vem caracterizar um bom livro de História é sua coerência e adequação metodológicas.

O principal critério na adoção de um livro didático para o ensino da História é “observar se o livro apresenta algum tipo de estereótipo como: identificação exclusiva da História a alguns heróis; identificação exclusiva da História a datas e fatos; simplificações explicativas; caricaturas de períodos ou personagens; identificação da história narrada a uma verdade absoluta; recusa à alteridade.”³

Na análise de adoção de um livro didático de História o Critério Seletivo e **Eliminatório** é: o livro didático não deve conter erros conceituais graves, deve ser sempre atualizado, trazer informações corretas e atuais.

Erros conceituais: 1- O anacronismo, que delega ao homem do passado nossas próprias razões ou sentimentos, interpretando a história em função de critérios inadequados,

³ Idem 2. p. 460

válidos para outras épocas; 2- O voluntarismo, que incide em aplicar uma teoria a priori sobre documentos e textos, em função do que se quer demonstrar. Assim sendo, a narrativa dos fatos passados, ou presente é utilizada somente para confirmar as explicações já existentes na mente do autor; 3- O Nominalismo, quando a análise proposta foge de realidade vivida pelos sujeitos históricos, em proveito da mera descrição de quadros jurídicos, regulamentares ou institucionais. Deixar de priorizar as relações sociais dos agentes históricos, que efetivamente são os autores da história, dão vida e vontade as instituições ou categorias de análise.

O Ponto central da análise é a capacidade que o livro tem de propor bom trabalho no plano metodológico, ou seja, o conteúdo terá que ter um desenvolvimento plausível. Teoria e prática devem andar juntas, princípio básico para autores de livros didáticos para o ensino de História sujeitos à análise do MEC. Clareza e coerência metodológica, o método deve ser compreendido e assimilado pelos professores, como um dos processos que trará significância à formação de cidadãos, que terão possibilidade de desenvolverem um senso crítico, de forma que tenham compreensão, memorização e outros.

É expressamente proibido o uso do livro didático como instrumento de divulgação de preconceito de origem, etnia, gênero, religião, idade ou quaisquer outras formas de discriminação.

O livro que consegue passar pelos critérios eliminatórios, será recomendado pelo MEC, embora, não se eleja a todos com excelência. Cabe aos professores e à comunidade, criticarem e selecionarem o material que melhor lhe assistem, por isso, mais critérios deverão ser estabelecidos, que serão os **Classificatórios**: a) *A explicitação da opção metodológica*, muito

importante por manifestar a consciência didático-científica do autor e o grau de assimilação a respeito da importância e do lugar da metodologia no trabalho com a História. b) *Toda análise histórica deverá ter como ponto de partida um problema ou um conjunto de problemas*, trazendo a certeza de que a problematização do passado e do presente, desenvolverá uma história crítica, levantando questionamentos mais próximos à realidade do aluno. c) *Os conceitos históricos só se entendem plenamente na sua historicidade*, portanto devem ser construídos atendendo a esta sua característica. Alguns desses conceitos centrais para o conhecimento histórico

São: tempo, espaço, história, sujeito histórico, cultura, natureza, sociedade, relações sociais, poder trabalho. d) *Tais conceitos não são fechados* e se fundamentam, portanto, em habilidades que devem ser desenvolvidas segundo as características dos alunos. As noções básicas que sustentam os conceitos históricos são as de período, sequência, transformação, passado, presente, futuro, simultaneidade e duração. e) *A linguagem do livro deve ser flexibilizada e adequada à faixa etária a que se destina*. f) *A apresentação e discussão de fontes históricas são indispensáveis* para que o livro didático introduza os alunos na metodologia própria da História. g) *As atividades e exercícios* devem não apenas buscar a realização dos objetivos, mas também estar inteiramente integradas aos conteúdos, proporcionando o desenvolvimento de diferentes habilidades e estimulando a observação, a investigação, a análise, a síntese, a criatividade, a comparação, a interpretação e a avaliação. h) Quanto à *estrutura editorial*, o texto principal deve estar impresso em preto, não apresentar erros graves de revisão, estar estruturado hierarquicamente, com títulos e subtítulos. i) *As imagens e os recursos visuais* devem, preferencialmente fazer parte dos objetivos do texto, afora as ilustrações que devem estar condizentes aos textos, recursos inerentes à problematização e à compreensão dos conteúdos históricos devem ser utilizados. j) *Na utilização de recursos visuais* é importante ressaltar que o

livro busque unidade visual em relação à forma de organização, ritmo, e continuidade. k) *Nos mapas*, as legendas devem respeitar as convenções cartográficas; *nos gráficos e tabelas*, constar títulos, fontes, datas; e *as ilustrações*, acompanhadas dos respectivos créditos. l) *O Manual do Professor* é uma peça importante no esclarecimento das propostas do livro didático. Necessitará conter : orientações que explicitem os pressupostos teóricos, procurando a coerência entre estes pressupostos e a apresentação dos conteúdos no livro do aluno, assim como com as atividades propostas. Será melhor utilizado se houver: orientação teórica, informações adicionais, bibliografia diversificada, sugestões de leituras e outros recursos que contribuam para a formação e atualização do professor.

Expostos os Princípios gerais , Os Critérios Eliminatórios e Critérios Classificatórios, o Guia sugere e esboça várias obras de História, que poderão ser utilizadas pelos professores como auxiliar didático, levando sempre em consideração as recomendações que as acompanham.

Dentre as várias obras citadas pelo Guia podemos destacar duas que abordam a temática do indígena brasileiro. Um deles, *Brasil- Uma História em Construção* de José Rivair Macedo e Mariley W. Oliveira, aborda conteúdos de História do Brasil desde o período colonial, enfatizando aspectos sócio-culturais. Dividido em 18 capítulos , faremos menção a três: “ Todo Dia Era Dia de Índio ” ; “ De Repente, o Homem Branco chegou ” e “ Índios e Civilizados : Em Busca do Tempo perdido “. De acordo com o parecer do Guia , este livro revela aspecto positivo por tratar de aspectos básicos na construção do conhecimento histórico , aspectos como duração, transformação, diversidade, simultaneidade. À exemplo referenciam a questão do indígena, que conforme o parecer , levam o aluno a perceber a diversidade do modo de vida das sociedades indígenas, tanto no passado quanto no presente, podem acompanhar as múltiplas transformações ocorridas no modo de vida dos índios após o contato com os brancos, tendem a

observar a permanência da identidade cultural em várias tribos indígenas, despertam para análise sobre o que foi o “encontro”(chegada dos europeus na América) a partir das perspectivas dos índios e europeus e simultaneamente, podem dedicar-se, ao estudo da história da Europa e de certas regiões da América durante o século XV. Um outro aspecto de destaque é a linguagem utilizada, que conforme abordada anteriormente pelos critérios classificatórios, está adequada aos alunos de 5ª série, o texto é marcado pela linguagem coloquial. A outra obra é *Você é a História- Brasil I – Do Mundo Indígena ao Período Regencial no Brasil* de Rubim Santos Leão de Aquino et alii, fazendo referência ao indígena brasileiro, o parecer não é favorável, por desconsiderar a diversidade cultural existente entre os povos indígenas. “As informações sobre estes povos, além de se referirem apenas ao passado, são genéricas e se pretendem válidas para todos os grupos-ignorando as inúmeras particularidades de cada um deles, conforme demonstram as pesquisas antropológicas”⁴.

Podemos perceber que o Guia fez questão de demonstrar as antagonias existentes nos livros ao tratarem os mesmos assuntos. Percebemos também que dentre as diversas obras citadas como complemento ao livro didático, apenas as duas acima citadas, fazem menção ao indígena de forma singular, mesmo que superficialmente (2ª obra), isto, conforme resenhas fornecidas pelo Guia, não podemos questioná-las de forma profunda, por não possuímos conhecimentos básicos sobre as mesmas e também por não ser o cunho de nosso trabalho. Nosso objetivo até então, foi citarmos parte das normalizações do MEC, quanto à adoção do livro didático de História, ou seja, o uso do Programa de Avaliação dos Livros Didáticos da 5ª a 8ª séries.

⁴ Idem 2.p.475

Ainda mencionando o MEC como órgão que normatiza e estabelece critérios para o livro didático, transcorreremos sobre como o governo brasileiro se “preocupa” com a educação do indígena, os dados que a partir deste momento citaremos, foram coletados através da internet no site da Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais (SEE MG)⁵ onde uma das home page mostra como o MEC trata com especificidade a **educação escolar do indígena**.

De acordo com o documento, o quadro geral da educação escolar indígena no Brasil, é regionalmente desigual e articulado. Muita coisa deve ser feita no sentido de universalizar a oferta de uma educação escolar de qualidade para os povos indígenas, adequada a seus projetos de futuro, de autonomia e capaz de garantir sua inclusão no universo dos programas governamentais que visam a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, nos termos da Constituição de 1988. Abrindo um contraponto, podemos dizer que este intuito não corresponde aos anseios dos indígenas do Brasil; nos baseamos em entrevistas, manchetes, jornais e revistas para tomarmos tal posição, as expectativas variam de comunidade para comunidade, há aqueles que querem manter suas tradições, mas também querem ser políglotas, não querem se limitar à educação básica, o básico já é sua própria linguagem, assim como, há aqueles que só querem o direito de sobrevivência na sua terra e o resgate de sua cultura como podemos ver através do Jornal Folha de São Paulo (Ilustrada), onde os Tupinambás demonstram querer resgatar o manto que pertenceu ao seu povo afirmam (ver anexos fig.1 e 2) “Somos Tupinambás. Queremos o manto de volta.”. Se o direito de escolha lhes fosse realmente outorgado não seria necessário somente o governo estabelecer normas para educação escolar do

⁵ [http://www.educacao.mg.gov.br/educacao escolar indigena](http://www.educacao.mg.gov.br/educacao%20escolar%20indigena)

indígena ainda será que ao legalizar , houve a participação de algum índio na discussão destas normas? Infelizmente não temos resposta.

Desde o século XVI, a educação escolar do indígena esteve pautada, pela catequização , civilização e integração forçada dos índios à sociedade nacional. Dos missionários jesuítas aos positivistas do Serviço de Proteção aos Índios, do ensino catequético ao ensino bilíngüe, o predomínio foi um só: negar a diferença e moldar os índios de modo que os tornassem diferentes do que eram. Neste método, a instituição da escola entre grupos indígenas funcionou como instrumento de imposição de valores alheios e negação de identidades, línguas e culturas diferenciadas.

A redução da população indígena, sua dispersão e disparidade , a previsão de seu desaparecimento, enquanto etnias diferenciadas, e a expectativa da necessidade da integração dos índios à “comunhão” nacional, porque os entendia como categoria étnica e social transitória, propensa à extinção, tornaram particularmente difícil a implementação de uma política educacional por parte do governo brasileiro, de modo que, respeitasse o modo de vida e visão de mundo destes povos. Vale lembrar que estamos mencionando a posição governamental com relação à educação escolar indígena. Diferentes experiências surgiram em várias regiões do Brasil, construindo projetos educacionais específicos às realidades sócio-culturais e históricas de determinadas comunidades indígenas. Foi a partir de experiências fragmentadas e localizadas que se estabeleceu um modelo diferenciado de escola em comunidades indígenas, fundamentado primordialmente pelos princípios de respeito à organização social indígena e à valorização de suas línguas maternas e dos saberes e conhecimentos tradicionais desses povos.

Hoje, as diferentes sociedades indígenas estão conscientes de que a escola pode ser, dentro da dinâmica de reestruturação social e cultural, um aparelho de fortalecimento do que lhes é próprio, além de ser um veículo de aquisição dos conhecimentos universais.

Nossa indagação ao exposto pode-se limitar os anseios de um povo que foi reduzido a comunidades, condicionando-os aos conhecimentos que a escola pode trazer.

A promulgação da constituição de 1988, foi um marco na redefinição das relações entre o Estado brasileiro e as sociedades indígenas. A Constituição Federal assegurou aos indígenas o direito a uma educação escolar diferenciada, específica, inter-cultural e bilíngüe, o que vem sendo regulamentado através de textos legais. "Só desta forma se poderá assegurar não apenas sua sobrevivência física, mas também étnica, resgatando a dívida social que o Brasil acumulou em relação aos habitantes originais do território."⁶

Com a **Constituição de 1988**, os índios passaram a ser considerados como grupos étnicos, deixando de ser categoria social em vias de extinção, com direito de manter "sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições"⁷. Ainda no mesmo texto lhes assegurado o uso de suas línguas maternas e processos próprio de aprendizagem, devendo o Estado proteger as manifestações das culturas indígenas. Estes dispositivos constitucionais, dará sustentação à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), onde os artigos 78 e 79, firmam o compromisso de uma educação escolar diferenciada, bilíngüe e inter-cultural para os indígenas brasileiros, de modo que busque a valorização do conhecimento tradicional vigente em seu meio e ao mesmo tempo lhes forneça instrumentos para enfrentar o contato com outras sociedades.

⁶ Idem 5

⁷ Idem 5

A partir de tais mudanças da Constituição de 1988, a **Fundação Nacional do Índio (FUNAI)**, vai deixar de conduzir com exclusividade o processo de educação escolar junto às comunidades indígenas e o Ministério da Educação e Desporto (MEC), é quem passa a coordenar e executar ações junto aos estados e municípios. Foi criada a **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena (1993)**, que mais vem para assegurar a diversidade cultural. O professor de preferência terá que ser índio, na falta abre-se exceção para os não-índios. O intuito do MEC é assegurar aos povos indígenas seus direitos, uma escola de qualidade onde se respeite sua especificidade cultural e garanta sua participação plena nos projetos de futuro do País.

No sentido de cumprir os princípios e os objetivos estabelecidos de forma que se transformem em prática, o MEC adota alguns critérios, antes de financiar projetos voltados para a educação escolar do indígena, orientando para que os mesmos estejam direcionados para investimentos na formação inicial e continuada dos profissionais de educação indígena ao mesmo tempo promove-se a estimulação na produção e publicação de material didático, divulgação para a sociedade nacional e ainda para que os mesmos contemplem a diversidade étnica, lingüística e cultural no país.

Os materiais passam por uma análise quanto à qualidade pedagógica, lingüística e antropológica, realizada pelo Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena. Desde 1994 o MEC, financiou a edição de matérias propostas por organizações não-governamentais e secretarias estaduais de educação sendo que aqui iremos mencionar apenas um, por estar mais adequado à temática já citada: (Conf.tab.1)

Divulgação da Temática Indígena

A divulgação da temática indígena para a sociedade nacional objetiva o combate à discriminação e ao preconceito, ainda vigentes, em relação às sociedades indígenas, e tem por objetivo valorizar a diversidade sócio-cultural do país. É importante ressaltar que a temática indígena deve ser abordada de forma a abrir caminho para a reflexão sobre a riqueza que a diversidade étnica propicia, explorando a diferença e aproveitando a possibilidade de troca de aprendizado recíproco entre os diversos segmentos que compõem o país.

Acerca dos direitos garantidos aos índios, pela Constituição de 1988, citaremos aqueles que mais nos chamaram a atenção:

NO TÍTULO VIII - “DA ORDEM SOCIAL”.

“CAPÍTULO III – “DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO”

SEÇÃO I- “DA EDUCAÇÃO”.

Artigo 210- Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

2. O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

NO TÍTULO - “DA ORDEM SOCIAL”.

CAPÍTULO VII – “DOS ÍNDIOS”.

Artigo 232- Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

LEI N.º 9.394 de 20 de Dezembro de 1996

Capítulo II – Da Educação Básica

Seção I – Disposições Gerais

Art.26-Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

& 4.º - O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e européia.

Seção III- Do ensino Fundamental

Art.32

& 3.º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O Plano Nacional de Educação é um dos instrumentos fundamentais para a consecução do ideal de uma escola indígena diferenciada, que só será atingido caso seja assegurada aos povos indígenas uma escola de qualidade, respeitosa de suas especificidades culturais e que garanta sua participação plena nos projetos de futuro do País.

Dentre as metas estabelecidas para o alcance da educação escolar indígena de forma diferenciada, citaremos a de N.º 19, que também é a última, por nos dizer algo a mais : Promover a correta e ampla informação da população brasileira em geral sobre as sociedades e culturas indígenas, como meio de combater o desconhecimento, a intolerância, a discriminação e o preconceito com relação a essas populações.

Com isto o governo está reconhecendo que pouco se conhece sobre os donos da casa e a ignorância leva a omissão e a estereótipos o que nos leva a refletir melhor acerca do livro didático de História para o ensino fundamental. Será que todos esses critérios instituídos pelo MEC, estão realmente sendo observados?

A Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, ao referenciar-se ao Ensino Fundamental, apresenta a Coordenação-Geral do Ensino Fundamental, que segundo o exposto, tem como objetivo de suas ações a melhoria da qualidade neste nível de ensino. A partir deste princípio esta Coordenação atua no acompanhamento da formulação de políticas educacionais e definição de estratégias voltadas para o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem no ensino fundamental. Entre tantas obrigações que lhe foi legada, cabe a esta Coordenação: promover o desenvolvimento dos trabalhos relativos à análise e avaliação do livro didático de 1ª a 8ª séries do ensino fundamental e atuar no processo de democratização do acesso à leitura e informação no ambiente escolar.

Conforme citado no início desta explanação as **Superintendências Regionais**, não podem interferir na adoção do livro didático, o que fazem em relação aos mesmos é distribuí-los às Escolas. Um dos livros didáticos que aqui está sendo analisado, foi uma doação da Superintendência ao nosso trabalho. As informações que estamos prestando nos foi fornecida

por uma funcionária que se dispôs a nos orientar. Podemos concluir que as Superintendências funcionam como forma de manter a burocratização estatal referente aos profissionais do ensino.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), ao abordarem o aprendizado e o ensino de História no Ensino Fundamental, nos diz que o ensino e a aprendizagem de História envolvem uma distinção básica entre o saber histórico, como um campo de pesquisa e produção de conhecimento do domínio de especialistas, e o saber histórico escolar, como conhecimento produzido no espaço escolar.

O saber histórico reelabora o conhecimento produzido no campo das pesquisas dos historiadores e especialistas do campo das Ciências Humanas, da forma que melhor lhe apraz.

Os PCNs ao tratarem o ensino da História Local e Regional sugerem preceitos que devem ser observados ao se estudar a Comunidade indígena:

- Identificação do grupo indígena da região e estudo do seu modo de vida social, econômica, cultural, político, religioso e artístico;
- O território que habitam e que já habitaram, organização das famílias e parentesco, a produção e distribuição de alimentos, a divisão de trabalho entre sexos e idades, as moradias e a organização do espaço, os rituais culturais e religiosos, as relações materiais e simbólicas com a natureza (animais e flora), a língua falada, as vestimentas, os hábitos cotidianos de higiene, a medicina, as técnicas de produção de alimentos, a delimitação do território geográfico e de domínio da comunidade, os espaços que são públicos e os considerados privados, as transformações sofridas pela cultura no contato com outros povos, as relações de amizade, trocas ou identidade com outras comunidades indígenas, as brincadeiras, as rotinas das mulheres,

dos homens, das crianças e dos velhos, a medição do tempo, o contar histórias, as crenças, lendas e mitos de origem, as manifestações artísticas, como músicas, desenhos, artesanato, danças;

- Identificação de semelhanças e diferenças entre o modo de vida da localidade dos alunos e da cultura indígena;

Existem vários aspectos da coletividade dos alunos que são diferentes do modo de vida da comunidade indígena estudada: na ocupação do território, no relacionamento com a natureza (produção de alimentos, uso da água, do solo, e da vegetação, mitos, medicina, preservação), nas construções de moradia (materiais, técnicas, construtores, distribuição e uso do espaço interno), na divisão de tarefas entre as pessoas na realização de trabalhos nos tipos de lazer, na religiosidade, nos mitos de origem, nas técnicas de fabricação e uso do espaço geográfico, nos hábitos de higiene, nos meios de comunicação, nos meios de transporte, nos diferentes modos de medir o tempo.

O PCN voltado para a área de História aconselha ao professor que não faça comparações que depreciem qualquer cultura, bem como, oriente seus alunos nesse sentido, isto é, de fundamental importância.

Depois de citarmos e explanarmos várias das normas estabelecidas pelo MEC, com abono das Secretarias de Educação, explicitado pelos PCNs, vamos a partir de agora, esboçarmos como os livros didáticos do ensino fundamental eleitos para este estudo, tratam a figura do indígena brasileiro em seus capítulos, suas omissões e estereótipos. Tantos critérios, tantas normas, tantas sugestões e pouca práxis.

O Indígena Brasileiro x Livro Didático no Ensino Fundamental 5ª série.

Os livros didáticos das 5ª e 6ª séries de História do Brasil, escolhidos para este trabalho dizem respeito aos seguintes autores:

-VICENTINO, Cláudio **“HISTÓRIA : memória viva : Brasil: da pré-história à independência política”** (editora scipione-2000 9ª edição).

-VASCONCELOS, José Antônio **“HISTÓRIA Pensamento e Ação. A América Portuguesa”** (EDITORA DO BRASIL- 2000).

Em análise genérica, podemos perceber que todos eles , citam como se deu o encontro dos portugueses com os índios, usam citações de Pero Vaz de Caminha, enfatizam a diversidade da cultura indígena (mesmo que de forma superficial), suas relações com o meio ambiente, modos de vida e tratam o cotidiano do indígena brasileiro. Deveriam esclarecer de forma mais clara e coerente que embora houvesse diversidade de costumes entre as tribos , vários pontos os uniam em prol de sua sobrevivência.

Percebemos também, que o conteúdo é bem sintético, o máximo de páginas dedicadas ao assunto chega a seis folhas formando um capítulo inteiro. Como podemos resumir para a história de um povo que muito com a constituição deste país, o ensino dito fundamental deveria dedicar-se com mais veemência ao abordar essa temática. De nada adianta o estabelecimento de critérios se os mesmos não forem empregados concretamente. A olhos nus, chegamos até a nos emocionar ao vermos tantas normas para o ensino fundamental de História, principalmente quanto à educação escolar do indígena. Ao mesmo tempo nos desperta à ira, pois o que notamos é que a maior preocupação é preparar o indígena para o convívio com a

sociedade, quando na verdade , a sociedade é quem deveria ser preparada para a convivência com os donos desta terra. Vivemos uma vida de omissão às causas indígenas , alimentando preconceitos e estereótipos qualificando-os como pessoas indolentes e imbecis.

O livro de Cláudio Vicentino ao tratar o assunto em questão, começa fazendo uma espécie de noticiário, intitulado como Jornal da História (Ano de 1600), onde notamos que sua intenção é fazer um contraponto entre índios e negros ao citar que a mão-de-obra indígena estava sendo substituída pelo do negro escravo. Os índios eram protegidos pelos jesuítas que enalteciam seus valores e determinados modos de viver, tais como modo de produção, respeito às suas crianças, despojamento da cobiça e de tudo o mais que os fizessem seres humanos egoístas.

Em detrimento à questão levantada, depois de nos informar sobre dados estatísticos da população indígena encontrada pelos portugueses , entendemos que bem ao contrário do que nos diz o artigo levantado pelo autor, se analisarmos somente os números de habitantes desta terra que variava entre 1,2 a 5 milhões e considerando que já se passara cem anos de apropriação, a dizimação indígena já era bem acentuada. Não se tinha mais a quem escravizar , daí a necessidade do outro. O Brasil foi o país da maior diáspora africana, em números foram cerca de 3,5 milhões de negros trazidos das diversas regiões africanas. Se compararmos os números , entenderemos que não se tendo mais a quem escravizar devido ao extermínio do indígena , a solução mais imediata era escravizar o estranho.

No tópico intitulado **O índio submetido**, depois de lermos o exposto, não entendemos o porque de tal título, uma vez que, o autor se limita a citar dados de caráter apenas informal como:

"Na época da chegada de Pedro Álvares, o Brasil era habitado por vários povos indígenas, que se espalhavam por todo o território. Tinham chegado aqui há milhares de anos e, em 1500, formavam uma população de aproximadamente , 3,5 milhões , divididos em três povos, de acordo com a língua que falavam: os Tupis, na região litorânea e em algumas área do interior; os Jês ou Tapuias no Brasil Central; os Nuaruaques, na bacia Amazônica... Na terra, que era de uso comum da tribo, os índios produziam apenas os que consumiam, praticando o que se chama economia de subsistência...Inúmeras contribuições indígenas ocupam o vocabulário, a alimentação , as lendas e os costumes da população brasileira atual.observe alguns exemplos:

- . na língua: cipó, jabuticaba , abacaxi,etc., além de muitos nomes de acidentes geográficos ou cidades, como Tietê, Juruá, Paraguaçu, Itapemirim, Itaipu, etc.;*
- . nos costumes encontram-se utensílios, como a rede de dormir, a jangada, a arapuca, etc.;*
- . no folclore: danças, como o cateretê, ou crenças na cobra-grande, no curupira, etc."*⁸

Lemos o texto na ânsia de ver abordado o uso da apropriação cultural a qual o título sugeria, o índio submetido, a que? Por quem? Pelo que? Perguntas e respostas omitidas para os alunos leitores deste livro , um conhecimento que os poderia levar à reflexões e quem sabe até a mudança de práticas preconceituosas . Mais uma vez o entendimento do aluno foi subestimado.

⁸ VICENTINO, Cláudio. História:memória viva: Brasil:da pré-história à independência política, 5ª série. 9.ed.São Paulo: Scipione,1998.

Mapa Estatístico

-A maior parte do território, que hoje é o Brasil, era ocupada pelos indígenas.



Fonte: José Antônio Vasconcelos, HISTÓRIA Pensamento e Ação, 5ª série.

Dentro do mesmo contexto, abordaremos o livro de José Antônio Vasconcelos, ressaltando que este livro nos foi doado pela Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia-MG, e trata-se do Livro do Professor.

O capítulo 4 é o espaço reservado para tratar com especificidade **Os povos indígenas**. A abordagem começa de forma interessante, trazendo uma certa ironia. Inicia o capítulo sugerindo a leitura de um texto, que de forma sintética tentaremos articular. Diz o texto que as primeiras notícias que chegaram a Portugal, sobre a terra “descoberta” falavam dos índios, da fauna, da flora e claro da madeira Pau-Brasil, de grande utilidade para tinturas, por

possuir coloração vermelha. Américo Vespúcio, passado um ano da “descoberta” desfez essas perspectivas , encontrando dificuldades até para aproximar-se do litoral brasileiro.

Assim que chegou avistou muitos índios, os dois primeiros voluntários que foram a terra não mais retornaram. Depois de esperar alguns dias pela sua volta , o comandante enviou outros , na intenção de encontrá-los.

Foram recebidos por muitas mulheres, que ficaram ressabiadas, desconfiadas e mantiveram distância. Um dos enviados por ser belo e corajoso caminhou até elas; aparentemente vislumbradas começaram a examiná-lo, até que uma sorrateiramente se aproximou por detrás do rapaz dando-lhe uma pancada na cabeça. Agarraram o corpo do rapaz e sumiram para um bosque vizinho. Quando os pasmados tripulantes do barco pensaram em reagir, foram surpreendidos com uma chuva de flechas, que caía sobre eles, jogando-os ao mar.

Estes fatos deram à tripulação a certeza de não encontrar ali a mesma gente que recebera Cabral.

Este texto nos leva a perceber o cunho da resistência indígena já no primeiro ano de “descobrimento”, nos revela que docilidade nem sempre era o adjetivo a ser usado ao referenciá-los. Passados os vislumbres do encontro com o novo, queriam manter suas tradições culturais, sociais e econômicas. Talvez quem capturou o enviado tivesse práticas de antropofagia; quem era o intruso? nunca se sabe.

Pensando sobre este texto , imaginamos que se os índios que tiveram o primeiro contato com os portugueses, tivessem práticas antropofágicas, com certeza a apropriação desta terra teria sido retardada .

Vasconcelos, fala sobre a diversidade cultural encontrada pelos portugueses, mostrando como se dava a economia de subsistência dos indígenas, suas práticas na agricultura, na pesca, na caça e na coleta dos frutos. A partir daí, o autor usa a seguinte fala:

“Determinadas tribos se aliavam aos portugueses, outras se aliavam aos franceses, enquanto outras ainda hostilizavam os europeus de maneira geral.”⁹

Referenciando-nos à fala acima descrita, podemos chamar de aliança as preferências destas tribos? Não podemos acreditar que estas “alianças” se davam de forma pacífica e conformista conforme nos é sugerido. Os fatos históricos que os levaram a estes comportamentos deveriam ter sido abordados de forma mais explícitas. Que necessidade teria o indígena de fazer alianças, antes de serem expulsos de sua própria terra? Estes questionamentos não podem ser excluídos do conhecimento do aluno, se não promovermos discussões que leve a reflexões estaremos cooperando para que o indígena continue em omissão e sendo visto com os estereótipos impostos pela sociedade chamada branca, como os de pessoa indolente, preguiçosa, eróticas e pecaminosas.

⁹ VASCONCELOS ANTÔNIO, José. História Pensamento e Ação: A América Portuguesa. 1. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1999.

A expectativa do novo

Índios e Portugueses



Fonte: José Antônio Vasconcelos, HISTÓRIA Pensamento e Ação, 5ª série.

Antropofagia

Diversidade cultural.

Escândalo para o europeu.



Fonte: José Antônio Vasconcelos, HISTÓRIA Pensamento e Ação, 5ª série.

Religião

Rendição e Resistência.



Ilustração do livro
"Vida do apóstolo
Padre Antonio
Vieira da
Companhia de
Jesus, chamado
por..." de André de
Barros, Lisboa,
Officina Sylmara,
1746. Foto: Antonio
Rodrigues.

Fonte: Luís Doniseti Benzi Grupioni, Índios No Brasil.Global.

Dentre os efeitos da obra de colonização, evangelização, escravidão, aculturação e extermínio, pode-se destacar um de maior efeito, conforme nos alerta Marilena Chauí que é a caracterização dos povos indígenas como pertencentes ao passado das Américas e do Brasil. Passado que se caracteriza em três sentidos: 1.º - **Passado cronológico**, os povos indígenas são resíduos ou restos em extinção, como outras espécies naturais; 2.º. – **Passado ideológico**, os povos indígenas desapareceram ou estão desaparecendo, vencidos pelo progresso da “civilização” que não puderam acompanhar; 3.º - **Passado simbólico**, os povos indígenas são apenas a memória da boa sociedade perdida, da consonância desfeita entre homem e natureza.

Compreendemos que ainda há muito que se fazer no intuito de mudar os olhares sobre os índios, o olhar do branco sobre a alteridade, compreender a diversidade, promover o diálogo cultural. Usando estes argumentos estaremos desmistificando a imagem do índio indolente e preguiçoso. Tais assuntos poderiam e deveriam ser temáticos no ensino fundamental.

O reconhecimento da alteridade indígena, caminha de forma lenta, carregada de estereótipos. Desde o “descobrimento” os indígenas são tratados como bárbaros, bons selvagens, primitivos e arcaicos. Conforme Luís Doniseti, o contato entre europeus e indígenas, representou o fim da autonomia sócio-cultural de muitos povos indígenas do continente e não foram poucos os que cederam perante a determinação dos colonizadores. O fator religioso foi um dos principais agentes dessa rendição.

As sociedades indígenas, são igualitárias, não se dividem em classes sociais, e não fazem acepção entre o dono da terra e força de trabalho. São sociedades que se reproduzem a partir da posse coletiva da terra e dos recursos que nelas existem e da socialização do conhecimento básico indispensável à sobrevivência física e ao equilíbrio sócio-cultural dos

seus componentes. É a divisão do trabalho por sexo e idade que regula a produção nestas sociedades.

O primeiro critério que deve ser lembrado em termos de diversificação cultural é a língua. São cerca de 170 línguas indígenas, conhecidas, qualificadas e distribuídas. O outro critério é o de classificação cultural, que se dá devido ao compartilhamento das mesmas áreas ecológicas e do contato histórico. Culturas em contato acabam se influenciando mutuamente, ora dão, ora recebem elementos culturais diversos.

Juridicamente, é inconcebível a admissão pública do extermínio das populações indígenas, contrapondo ao passado; mesmo que isto impeça a expansão das atividades capitalistas.

O direito a vida, é garantido constitucionalmente a todos, só não sabemos como conceituar na íntegra o que isto vem significar para nosso governo. Viver é o simples ato de respirar? Manter-se consciente? Viver é muito mais que respirar, é termos a consciência de que não há melhores, nem piores, apenas somos diferentes. Viver... é termos condições sócio-econômicas.

Considerações Finais

Pensarmos o indígena brasileiro no livro didático, nos levou a questionamentos, que outrora passavam despercebidos. Por exemplo, observando as datas comemorativas, levantamos alguns aspectos de indagações, por que comemorar? O que comemorar? Como comemorar?.

Tomando como referência o dia 19 de Abril no Brasil, que é o dia onde se “comemora” o Dia do Índio, tratando das escolas, principalmente as do ensino fundamental, percebemos que este dia é lembrado com caracteres indígenas. Se sairmos às ruas com intuito de observar, notaremos que será raro o aluno que ao sair da escola, não esteja com alguns riscos coloridos no rosto e com algum enfeite em pluma. E o pior crentes que comemoram o Dia do Índio. O estereótipo do indígena, está sendo mais uma vez reafirmado, um adereço da cultura brasileira, uma espécie que deve ser preservada, pois faz parte dos encantos desta terra. Mas, e o que foi feito do verdadeiro sentido de ser índio no Brasil? Comemorações alienadas só ajudam a efetivação da visão distorcida e preconceituosa que a sociedade brasileira tem do indígena.

Ainda em relação ao assunto Comemorações, não poderíamos deixar de falar sobre as Comemorações dos 500 anos de “descobrimento” do Brasil. Várias polêmicas foram levantadas, dentre as quais podemos destacar a que mais se aproxima do estudo em questão, 500 anos de Dizimação Indígena. Afora o extermínio de milhares de índios que se encontravam nessa terra quando os portugueses aqui chegaram, foram 500 anos de apropriação cultural, econômica e social. Dizimaram suas terras e seu povo, e ainda se comemora os cinco séculos de façanhas.

Marilena Chauí¹⁰, nos diz que o Brasil não estava à espera de Cabral. Não foi “descoberto” e nem “achado” como se dizia no século XVI. Com certeza, uma terra não visitada e nem vista estava aqui. Contudo, o termo descobrir é algo inventado pelos conquistadores europeus. Instituído como colônia de Portugal o Brasil foi inventado como uma “terra abençoada por Deus”, há quem diga que Deus é brasileiro, esse mito perdura desde a carta de Pero Vaz de Caminha, “Nosso Senhor não nos trouxe sem causa”. Daí a construção do mito fundador.

Comemorar? , Chauí, nos esclarece quanto a estrutura da sociedade brasileira, marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que é determinante nas características de uma sociedade que é fortemente verticalizada, as relações sociais resume-se no superior que manda e no inferior que obedece. “O outro, nunca é reconhecido como sujeito, nem como sujeito de direitos jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade.”

Estando dividida em classes sociais, a sociedade se naturaliza por práticas que omitem a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação, influenciando no imaginário das pessoas, que creem que a nação é una e indivisa, as divisões sociais tornam-se obscuras.

A sociedade brasileira é provida de diversas demonstrações de autoritarismo político, notadas através de formas diferenciadas, dentre elas, daremos maior enfoque quanto às divisões sociais que se naturalizam quando abonamos a inferioridade natural (mulheres, trabalhadores, negros, **índios...**) e outras formas mais.

¹⁰ CHAUÍ, Marilena. Brasil Mito fundador e sociedade autoritária. 1.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 103p.

A formação social que nos inseriram , desenvolve ações e imagens com poder suficiente para abafar e bloquear os conflitos e as contradições sócio-econômicas, pois os conflitos, vêm para negar a imagem do país maravilhoso, da terra “ em que se plantando tudo dá “. Usando o modo figurativo , se dá em discriminação, em omissões, em exploração, em....

O que se comemorou nesses 500 anos? Cada hierarquia, cada classe , cada organização, tem a sua resposta. Seria um trabalho intenso contextualizá-las.

Mas limitamos aqui aos indígenas , que não puderam manifestar suas opiniões , foram vistos como grandes vilões da festa, queriam o reconhecimento e o respeito da sociedade , que além de lhes expulsarem do que era seu , usurparam o direito de serem reconhecidos como seres humanos singulares. Não tiveram nada para comemorar.

As discussões sobre as sociedades indígenas tendem a se limitar às academias e aos especialistas do assunto. Os meios de comunicação produzem imagens distorcidas da realidade indígena. E, conforme já dito em nossa apresentação, os professores não se empenham na busca de novos materiais ao tratarem a temática indígena revelando-se mal informados . Nos programas curriculares esse tema é sistematicamente mal trabalhado e são raros os livros didáticos que não se mostram deficientes no tratamento da diversidade étnica e cultural, que resistiram às apropriações sofridas desde o ano de 1500 aos dias atuais.

Bibliografia

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia / Secretaria de Educação Fundamental.- Brasília: MEC/SEF, 1997. 166p.

CHAUÍ, Marilena. Brasil Mito fundador e sociedade autoritária. 1.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 103p.

[http://www.educacao.mg.gov.br/educacao escolar indigena](http://www.educacao.mg.gov.br/educacao_escolar_indigena)

Índios no Brasil/Luís Donisete Benzi Grupioni org.-3.ed.- São Paulo: Global; Brasília: MEC, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Programa de Avaliação dos Livros Didáticos de 5ª a 8ª séries. Brasília.

VASCONCELOS ANTÔNIO, José. História Pensamento e Ação: A América Portuguesa. 1 .ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1999.

VICENTINO, Cláudio. História: memória viva: Brasil: da pré-história à independência política 5ª série. 9ed. São Paulo: Scipione, 1998.

ANEXOS

**A partir das figuras a seguir,
reflitamos sobre a Constituição de 1988.**

☐ Ótimo
☐ Bom
☒ Regular
☐ Ruim
☐ Pésimo

FOLHA ILUSTRADA
PÁGINA E 1 ★ SÃO PAULO, QUINTA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 2000
pertencer à etnia considerada

PÁGINA 17

★ SÃO PAULO, QUINTA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 2000

Figura 1

Tel.: 011/224-7842
E-mail: ilustrad@uol.com.br
Fax: 011/224-2284
Serviço de atendimento ao assinante:
011/224-3090

Figura 1

Tel.: 011/224-7842
E-mail: ilustrad@uol.com.br
Fax: 011/224-7284

Serviço de
atendimento ao assinante:
011/224-3090

OLHA ILUSTRADA

PÁGINA E 1 ★ SÃO PAULO, QUINTA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 2000

Índios de Ilhéus dizem pertencer à etnia considerada extinta e reivindicam peça do século 17

“Somos tupinambás”

Queremos o m

37

...ZINAE 1 ★ SÃO PAULO, QUINTA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 2000

**“Somos tupinambás.
Queremos o manto.”**

37

Descendentes se emocionam com o artefato

DA REPORTAGEM LOCAL

Logo que chegaram perto do manto tupinambá na Mostra do Redescobrimento, Nivalda Amaral de Jesus e Aloísio Cunha Silva choraram. Depois, permaneceram longo tempo em silêncio.

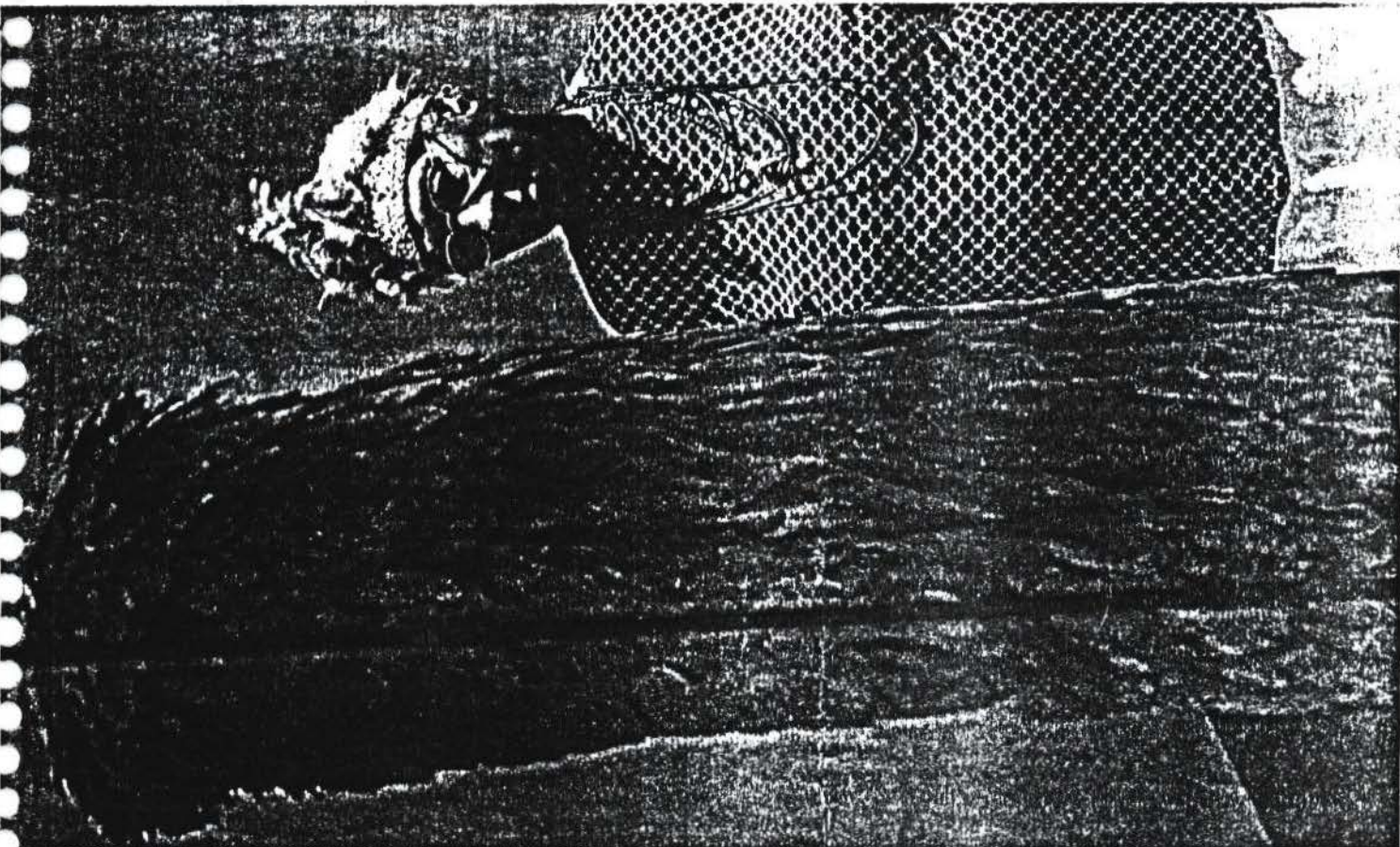
"Foi um remorso que eu senti", tentou descrever do-senir, Nivalda. "Escutei uma voz não sei de onde, que me disse: 'É este. Não tem outro. Toda a história do nosso povo está aqui'."

Aloísio surpreendeu-se com o formato da peça. "Não conseguimos fazer mais nada assim, uma veste que cai pelas costas. Agora entendo: quando os colonizadores levaram o manto, tiraram nosso poder — e, frac-cos, perdemos tudo."

No fim-de-semana que passaram em São Paulo, os dois quase não usaram co-cas. Só o puseram durante a visita à mostra. "É para que-brar a força dos brancos", explicaram.

Em diversas ocasiões, en-toaram pequenas "músicas de festa", que aprenderam "com os parentes mais ve-lhos". A maioria das canções menciona os tupinambás.

Dona Nivalda gosta de uma em especial, por julgá-la premonitória. "Preste atenção nos versos. Parece que nossos antepassados já adivinhavam que, um dia, iríamos buscar o manto: 'Eu vi gemer lá na mata, / Eu vi gemer lá na mata, / Tupi-nambá é índio guerreiro/ que Tupã deixou na Terra/ para lutar pelo ideal/ Eu vim de muito longe/ pegar o que me pertence/ Viva nosso pai Tupã/ que ama muita gen-te.'" (AA)



Nivalda Amaral de Jesus, 67, líder da comunidade de Olivença (BA), vê manto tupinambá em SP



Ilustração do século 16 mostra tupinambás usando mantos

O objeto, que está na Mostra do Redescobrimento, em SP, integra acervo de museu dinamarquês

ARMANDO ANTENORE
DA REPORTAGEM LOCAL

Uma modesta comunidade em Olivença (distrito de Ilhéus, no li-toral sul da Bahia) está tentando mudar a história oficial do Brasil. São aproximadamente mil pes-soas, a maioria lavradores, que não querem mais receber o trata-mento de "caboclos" ou "par-cóis", como ocorre há pelo menos seis décadas.

Dizem-se índios tupinambás —etnia que a literatura especiali-zada julga extinta desde o século 17— e exigem, agora, que o go-verno os reconheça assim. Nos úl-timos 18 anos, discutiram a ques-tão de identidade sem estardalha-ço, quase às escondidas. Em janei-ro, porém, sentiram-se maduros para torná-la pública e lançaram uma carta "à sociedade nacional", explicando o que desejam.

Convidados pela Folha, dois lí-deres da comunidade —Nivalda Amaral de Jesus, 67, e Aloísio Cu-nha Silva, 41— visitaram São Pau-lo no dia 20 de maio, um sábado. Domingo de manhã, foram à Mostra do Redescobrimento, que ocupa três edifícios do parque Ibi-rapuera. Não conheceram prati-camente nada da maior exposição de arte já promovida no país. In-

mos. Se precisar de uma ação ju-dicial, moveremos", diz Núbia.

Coronéis

Temor e resistência marcam a trajetória dos habitantes de Oli-vença. O distrito compõe-se de um pequeno centro urbano, que no verão se transforma em bal-neário turístico, e de 11 núcleos rurais, onde mora a maior parte dos que reivindicam a condição de tupinambá. A região toda so-ma quase 44 km².

Documentos do período colo-nial informam que, em 1680, mis-sionários jesuítas fundaram uma aldeia indígena na área hoje ocu-pada pelo centro urbano. Utili-zando mão-de-obra nativa, er-gueram lá uma igreja, a de Nossa Senhora da Escada.

Em 1756, os jesuítas são expul-sos do país. O aldeamento ganha o título de vila e passa a abrigar também moradores brancos. No início do século 20, surge entre os índios um líder de nome Marceli-no, que combate o domínio polí-tico dos coronéis. A imprensa da época o retrata como um bandido e o compara a Lampião.

Ele é preso em 1937. A partir daí, Olivença presencia uma expansão turística que, incentivada pelo co-ronelato, joga os indígenas para a zona rural, não raro com violên-cia. A essa altura, jornais e cartó-tipos da Bahia já não os tratam co-mo índios. Preferem chamá-los de "caboclos" ou "pardos". A co-munidade começa, então, a agir parando perseguições, rejeita as origens. Por outro, ainda que de maneira discreta, vai preservando traços ancestrais.

Perde a língua tupi, converte-se

Figura 3

Destaques do módulo

■ Manto tupinambá

Sete das 16 peças tupinambás da coleção do Museu Nacional da Dinamarca, em Copenhague, vêm à mostra, entre elas o manto tupinambá. Também vêm bordunas e adornos plumários. Bruxelas também possuiu um manto, mas não o cedeu. "Um objeto feito apenas em fibras naturais e penas que resiste a 400 anos é como uma peça arqueológica de 10 mil anos", disse a curadora Lúcia Hussak van Velthen.

■ Máscara tariana

Máscara originária do alto rio Negro e hoje no acervo do Museu Luigi Pigorini (Roma), ela não podia ser vista por mulheres e pessoas não iniciadas nos rituais. Certa vez, um padre a exibiu em tom blasfemo e acabou sendo morto pelos índios. Será exibida em um recipiente vedado e só poderá ser observada por uma fresta.

■ Machado tupinambá

A peça em pedra teria sido usada pelos tupinambás na festa de casamento de Maria de Médicis e Henrique 4º, em 1600. Os índios foram à festa pois eram aliados dos franceses na luta contra os portugueses. Rouen tinha grande interesse em produtos do Brasil (pau-brasil e produtos corantes) pois era uma potência na produção de tapeçarias.

■ Máscaras sagradas

Objetos de diversas etnias usados em rituais sagrados, cuja visão era proibida para alguns segmentos das tribos, serão apresentados de maneira velada.

■ Cula para bebida

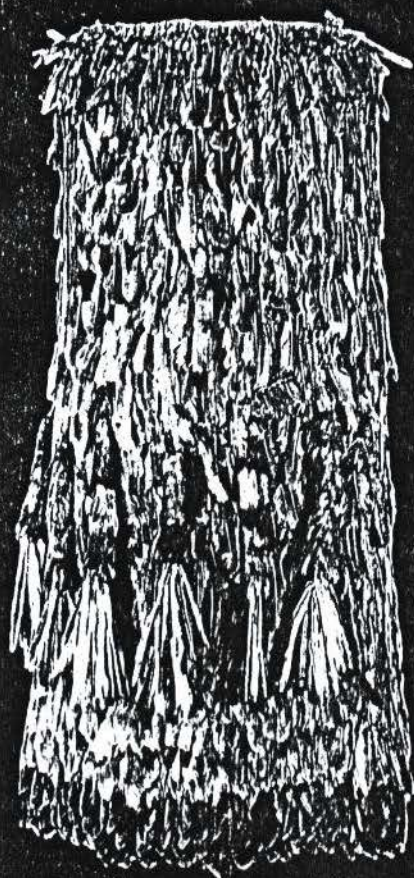
A peça confeccionada pelos índios nhambiquaras pertence ao acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Foi coletada em 1939 pelo etnólogo francês Claude Lévi-Strauss, que deu aula na USP.

■ Máscara Jurupixuna

A peça pertence à coleção do Museu Antropológico de Coimbra, em Portugal. É uma das obras coletadas pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferrelra em uma viagem que ficou conhecida como "Viagem Filosófica", entre 1783 e 1792.



Figura 4

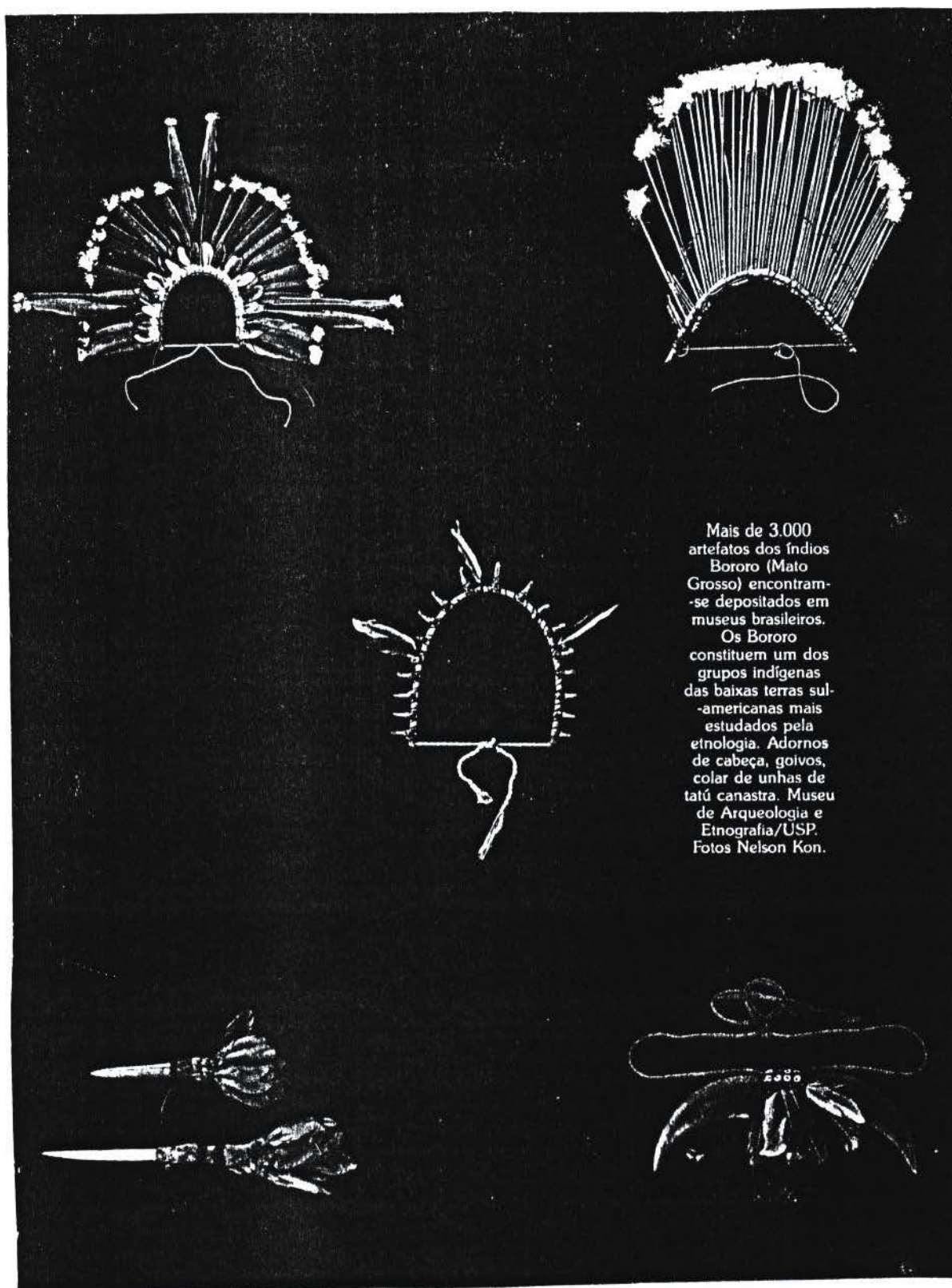


O índio Tupinambá habitavam toda a costa brasileira na época da conquista. Estavam todos extintos no século XVII. Seus mantos de penas são célebres: vestiam os homens do mais alto grau na hierarquia social Tupinambá e eram utilizados por ocasião dos grandes rituais de passagem masculinos.



Atualmente existem apenas 6 exemplares destes mantos, todos conservados em museus europeus. Manto do Museu Nacional de Copenhague (Dinamarca) e do Museu do Homem de Paris (França).

Figura 5



Mais de 3.000
artefatos dos índios
Bororo (Mato
Grosso) encontram-
se depositados em
museus brasileiros.

Os Bororo
constituem um dos
grupos indígenas
das baixas terras sul-
americanas mais
estudados pela
etnologia. Adornos
de cabeça, golivos,
colar de unhas de
tatu canastra. Museu
de Arqueologia e
Etnografia/USP.
Fotos Nelson Kon.

FOTOGRAFIA

Imagens refletem a cara do País de 500 anos

Hoje, no MIS, ocorrem o lançamento do livro e a mostra com trabalhos de cem fotógrafos

JANAINA ROCHA

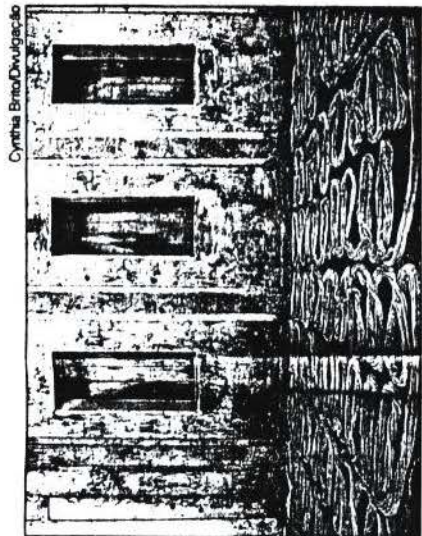
S e, após 500 anos, o Brasil não tem tantos motivos para comemorar, pelo menos este momento possibilita-nos o importante exercício da reflexão. Muitos projetos culturais, que serão apresentados nesse período de comemorações, estão tendo essa válida função. Um deles é a realização da exposição *Brasil 500 Anos* e o lançamento do livro homônimo, que estarão à mostra hoje, às 20 horas, no Museu da Imagem e do Som (MIS).

Durante 24 horas, cem fotógrafos registraram a cara do Brasil de 500 anos. Eles se aventuraram pelo território nacional para mostrar como é o cotidiano do cidadão. Esses profissionais documentaram cenas que ocorrem nas horas de trabalho, nos momentos de lazer e nas situações individuais de pessoas comuns.

A idéia do projeto surgiu em 1984, quando a fotógrafa Paula Serrano, que é coordenadora do projeto, participou de um projeto semelhante no Equador. Lá, 38 fotógrafos de diferentes nacionalidades foram convidados para retratar o País, num mesmo dia. De volta ao Brasil, em 1986, ela se propôs a fazer algo semelhante. No dia 22 de abril do ano passado, cem entre os mais conceituados fotógrafos brasileiros estiveram vasculhando o Brasil. O resultado foi 61 mil fotos. A partir daí, foi feita uma edição realizada em duas etapas para que se chegasse às 200 imagens - as quais foram agregadas legendas feitas sob a coordenação da jornalista Ilara Viotti, que



Walter Sanches/Divulgação



Cynthia Brito/Divulgação



Marlene Bergamo/Divulgação



Eneida Serrano/Divulgação

Algumas das 200 imagens que compõem a exposição no MIS: fotógrafos tiveram liberdade para registrar cenas do cotidiano do brasileiro, desde o modo como vive e trabalha até a maneira como passa as horas de lazer

Entre os fotógrafos convidados estavam gente como Walter Firmo, Antônio Ribeiro (cobriu a guerra na Iugoslávia) e J. Bulcão (veio da agência Gamma de Paris).

Somos ainda a imagem do ren-deiro pernambucano João Elias Espinola, de 66 anos, que costuma costurar ao lado do avô da mesma Iraniê. Essa foi uma das poucas saídas encontradas pelos dois para não passar fome, já que o trabalho na roça não garantia o alimento, pois a colheita quase inexistia em função da seca. A foto foi feita por Marlene Bergamo. Somos também a imagem do for-neiro Danião Nascimento, registrada por Giovanni Sérgio. Ele trabalha em uma fofalhinha nos meses molde insalubres criados há 400 anos no engenho Mucuri-pe, em Ceará-Mirim, no Rio Grande do Norte (RN). Somos os quase extintos índios avá, que vivem no extremo norte de Goiás e foram encontrados pelas lentes de Walter Sanches. A imagem árida, feita por Rosa Gaudêncio, da seca da cidade de Soledade, na Paraíba, onde a água com alta salinidade só existe em poços, é um pouco do que somos. No entanto, também somos a beleza das cores dos fios de algodão tingidos, utilizados para tecer redes e mantas, na cidade de Jardim de Piranhas (RN) - foto de Cynthia Brito.

O projeto teve o patrocínio da Fuji, Petróbras, CSU Card System, AGF Brasil Seguros, Telebrasil, Eletrobras e Gráfica Ipiranga.

EXPOSIÇÃO

Brasil 500 anos. De terça a domingo, das 14 às 22 horas. MIS, Avenida Europa, 158, tel. 852.9197. Até 16/4.

Abertura, hoje, às 20 horas

Exposição retrata semelhanças entre Brasil e África

press: culturalmente. A idéia de vários profissionais fotografando nas mesmas 24 horas não é inédita. Vários livros já foram produzidos com essa mesma idéia, como, por exemplo, o *Pepsi Day*, um livro editado pela Pepsi-Cola.

Pajé - Jovellina dos Santos é a imagem da capa. É uma mulher de 77 anos. Ela é parteira desde muito jovem, em Ponta Grossa do Paraná,

situam o personagem e a cena fotografada - presentes no livro. Todos os fotógrafos tiveram liberdade para captar cenas interessantes, desde que as imagens fossem do cotidiano do brasileiro 500 anos depois do descobrimento. Assim, cinco séculos foram documentados, de norte a sul do País, por meio do modo como o brasileiro vive, trabalha, passa seus momentos de lazer e se ex-

Figura 6

SP, RJ, MG, PR e SC:

R\$ 1,25

Demais Estados: ver
tabela na página A4

EDICÃO
BRASIL

O ESTADO DE S. PAULO

RUY MESQUITA

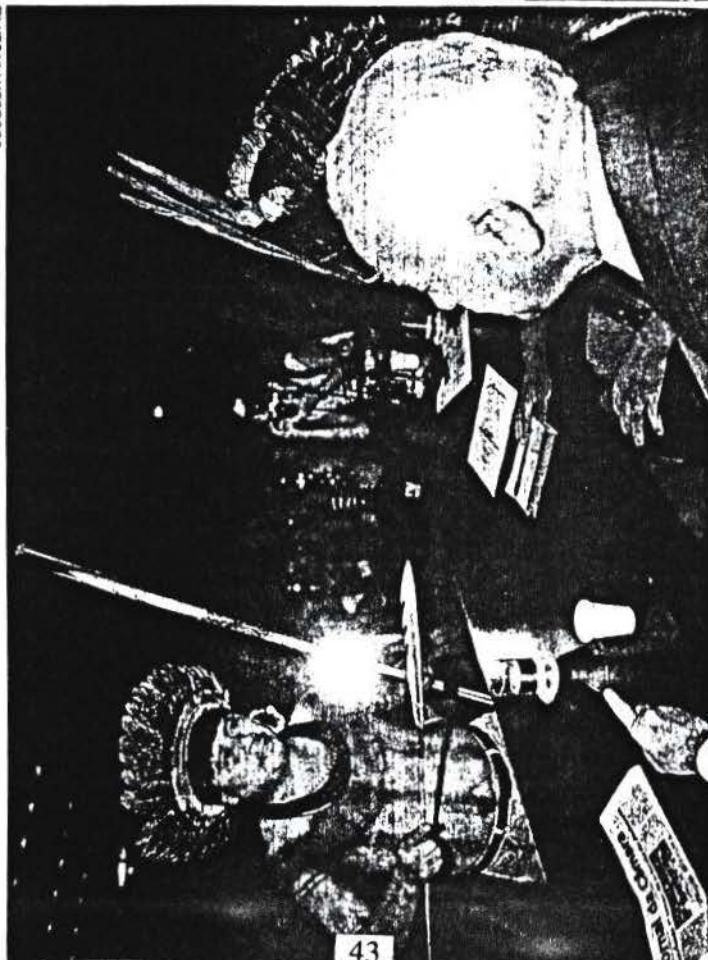
Diretor-responsável

Julio Mesquita (1891-1927) Julio de Mesquita Filho (1927-1969)

ANO 121 SEXTA-FEIRA Nº 38.895
SÃO PAULO, 14 DE ABRIL DE 2000

Francisco Mesquita (1927-1969) Julio de Mesquita Neto (1969-1996)

Joedson Alves/AE



Ed Ferreira/AE

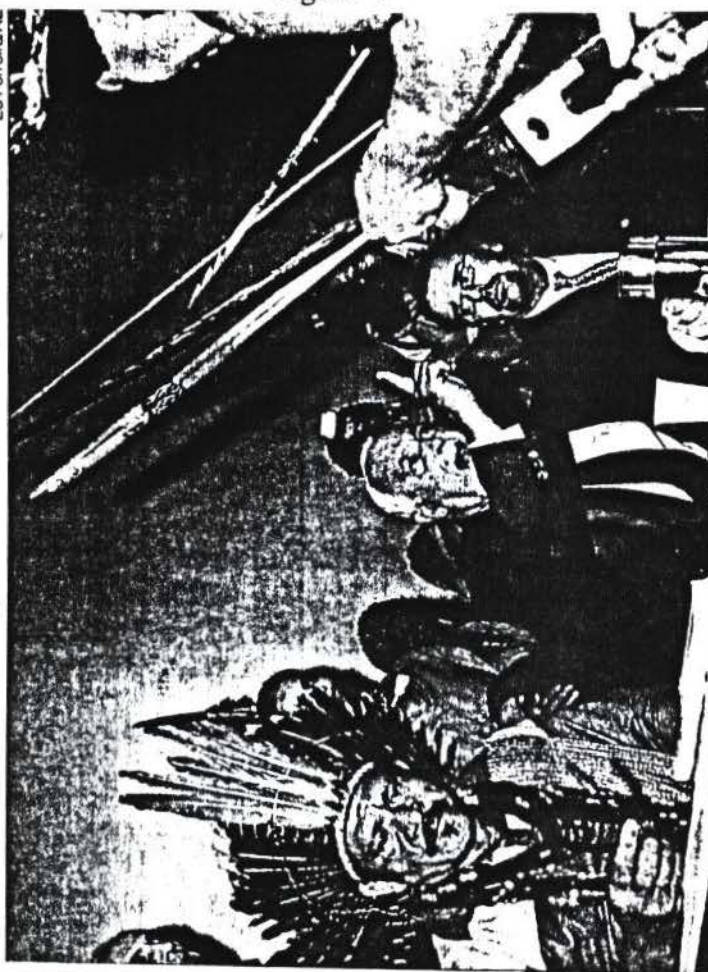
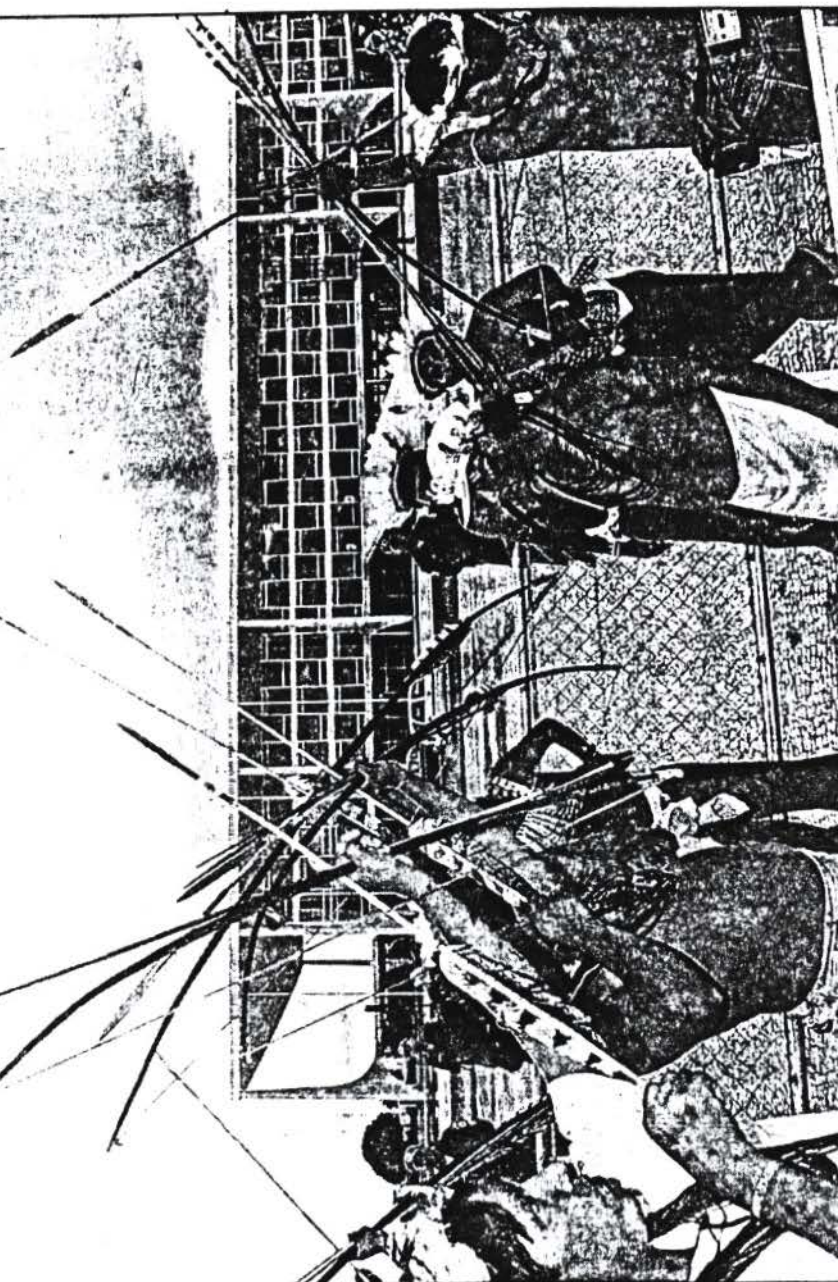


Figura 7

Caciques - O índio Henrique Suruí, de aldeia de Rondônia, bate boca com o senador Antonio Carlos Magalhães, ao exigir a retirada de policiais de terras indígenas



FHC não enfrentará riscos na Bahia, diz general

TÂNIA MONTEIRO
e ISABEL BRAGA

BRASÍLIA – O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, assessor general Alberto Cardoso, assegurou ontem que o presidente

Sobre a suspensão da visita ao Museu Aberto do Descobrimento, em Coroa Vermelha, o general explicou: "É um cancelamento visando apenas a não se criarem circunstâncias que possam empanar o brilho das comemorações."

ram a Fernando Henrique uma preta de reivindicações. O presidente prometeu avaliar os pedidos. Os índios debateram o Planoalto satisfeitos e disseram que não vão promover nenhuma manifestação contra o presidente em Porto Seguro. Um dos líderes indígenas, Orlando Baré, garantiu que não haverá confronto porque são "povos de diálogo". O presidente lembrou a Baré que o problema em Coroa Vermelha é estadual, mas

ni, Frederico Marés, vol-

s, presidida pelo minis-

sa, por falta de sensibili-
 dor ter causado clima

rou a destruição de um

Coroa Vermelha, em

primeira missa.

, presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara

ção de isolamento com

mediações de Cabrá-

Figura 9



Índios contrários às comemorações dos 500 anos atiram flechas contra relógio da TV Globo

Ato contra demarcação reúne 30 mil

da Agência Folha

Uma manifestação reuniu ontem à tarde, em Boa Vista (RR),

rio à demarcação total da reserva indígena Raposa do Sol.

O ato foi organizado pelo Fórum Permanente de Defesa de

tores rurais. Um dos líderes do protesto, o produtor agrícola Paulo César Quartiero, 48, disse que a proposta é uma "tentativa

Índios protestam na festa do Descobrimento

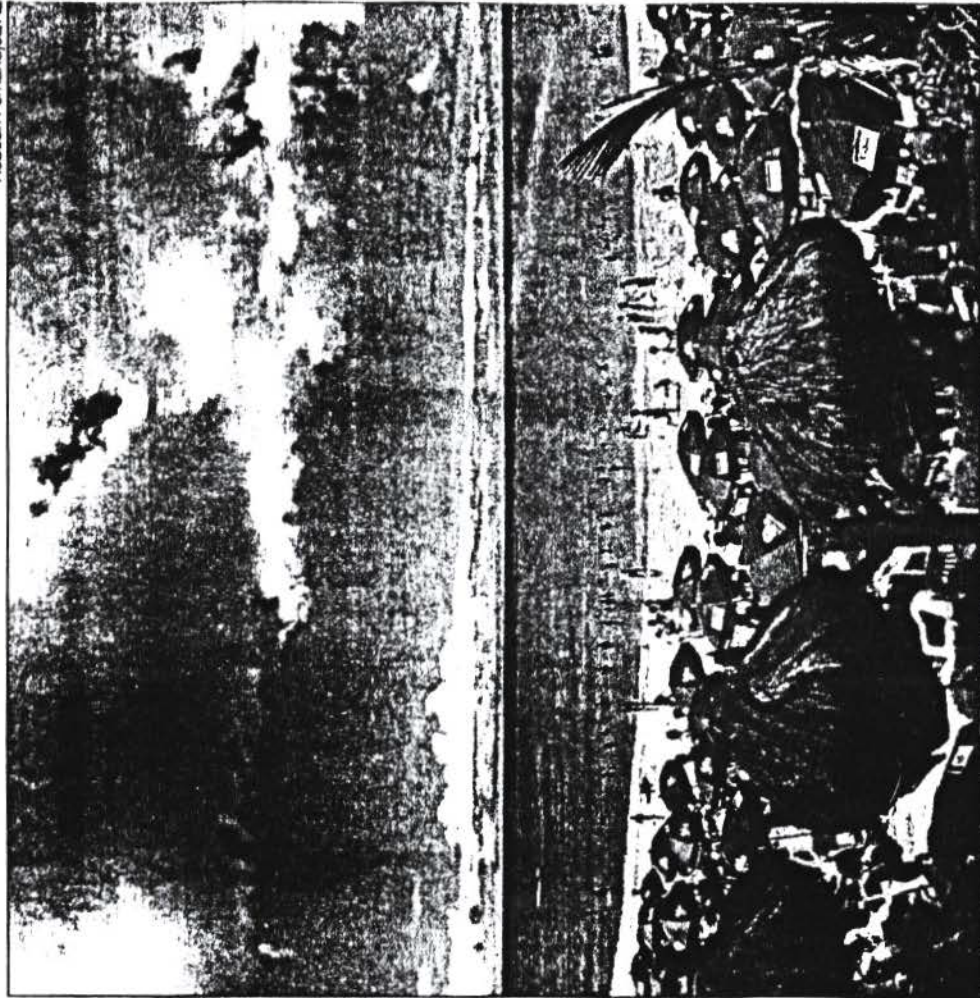
A manifestação está marcada para amanhã, quando eles também se encontram com FHC

ROLDÃO ABRUJA
Enviado especial

PORTO SEGURO - Os representantes indígenas reunidos na Bahia programaram para amanhã um ato de protesto em Coroa Vermelha, a praia na qual o frade franciscano Henrique de Coimbra celebrou a primeira missa em solo brasileiro, há 500 anos. Os índios, que afirmam não ter nada para comemorar, vão protestar contra a falta de atenção do governo para seus problemas, especialmente o atraso na demarcação de áreas indígenas.

No início da tarde eles se juntarão no mesmo local aos sem-terra e rumarão em direção a Porto Seguro, a 22 quilômetros de Coroa Vermelha. Estima-se que no total serão 5 mil pessoas - 3 mil sem-terra e 2 mil índios, que vieram a Coroa Vermelha para participar da Conferência Indígena. Embora esteja sendo anunciada a presença de representantes do movimento negro, de sindicatos e de organizações populares, até ontem os organizadores do protesto não sabiam dizer ao certo quais entidades participariam.

Robson Fernandes/AE



Turistas invadem praias do sul da Bahia: clima de tranquilidade e sol quente para as celebrações

Em Porto Seguro, clima é de feriado

Carta de Caminha chega para a Mostra do Redescobrimento

Já está em São Paulo o documento que vai ser a grande estrela da Bienal Brasil 500 anos

JOTABÊ MEDEIROS

Chegou ontem ao Brasil a carta de Pero Vaz de Caminha. Ela desembarcou no Aeroporto Internacional de São Paulo às 5h20 no voo 1569 da TAM. Chegou num valise especial e foi entregue ao presidente da Associação Brasil 500 Anos, Edemar Cid Ferreira, que a trouxe ao Ibirapuera num carro blindado. Vai ficar guardada num cofre do Bradesco até domingo, quando será a grande estrela da abertura da *Mostra do Redescobrimento - Bienal Brasil 500 Anos*, uma exposição com 15 mil obras e

que deverá ser vista por 2 milhões de pessoas só em São Paulo.

A exposição da carta para o público ocorrerá a partir da próxima terça-fei-

minha vai ficar no Brasil até janeiro, inicialmente - há intenção de levá-la a São Luís, o que faria com que ela permanecesse mais três meses no Brasil.

Além de São Paulo, onde fica até 5 de setembro, a carta será exposta em Brasília, no Palácio do Itamaraty (de 7 de setembro a 6 de outubro), no Rio (Museu Histórico Nacional, de 16 de outubro a 15 de novembro), Salvador (Museu de Arte, entre 20 de novembro e 17 de dezembro) e Recife (Museu de Arte Moderna, entre 20 de dezembro e 21 de janeiro de 2001).

Informações - Para obter informações sobre a Mostra do Redescobrimento pode-se recorrer ao telefone 0800-780-500, para tirar dúvidas sobre preços da exposição, entrega de ingressos e agendar visitas para esco-

France Presse



Figura 10



FOLHA DE S. PAULO

São Paulo, domingo, 23 de abril de 2000

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ALAMEDA BARÃO DE LIMEIRA, 425 ★ ANO 80 ★ Nº 25.953 ★ R\$ 2,50

GANHE HOJE O GUIA DA MOSTRA DO REDESCOBRIMENTO, QUE COMEÇA NA TERÇA-FEIRA EM SP.

PM entra em choque com manifestantes na região de Porto Seguro e prende 141; para ministro, polícia 'agiu muito bem'

Conflito marca festa dos 500 anos



Gildo Terena, 18, integrante da marcha de protesto que partiu de Coroa Vermelha (BA), deixa-se em frente a policiais; o índio acabou sendo agredido

A comemoração oficial dos 500 anos do Descobrimento foi marcada por confrontos na BR-367, que liga Porto Seguro a Santa Cruz Cabrália (BA) —141 pessoas foram presas.

O primeiro conflito ocorreu por volta das 9h, quando cerca de mil integrantes do movimento "Brasil Outros 500" foram impedidos, por igual número de policiais, de seguir em passeata a Porto Seguro.

No segundo, às 11h, 4.000 manifestantes que vinham de Coroa Vermelha foram barrados por 300 policiais com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha. Índios reagiram com pedras e flechas.

Barreiras impediram o acesso até de moradores a Porto Seguro. A Casa Militar da Bahia disse que visou manter a ordem pública e contou com a "aquiescência" do Planalto.

Para o general Alberto Cardoso (Segurança Institucional), a polícia "agiu muito bem, de forma preventiva e não-violenta". *Págs. 1-4 e 1-10*

Em discurso, FHC pede tolerância

O presidente Fernando Henrique Cardoso de...